

## **Identidades Coletivas: Como Práticas Sociais Podem Ser Instrumento para Perpetuar Discursos Hegemônicos<sup>1</sup>**

**Josiane Barbosa Gouvêa**

### **Resumo**

O presente estudo, de natureza qualitativa, tem por objetivo analisar como práticas discursivas instituídas contribuem para o estabelecimento e manutenção de discursos e formação de identidades que se pretendem hegemônicas em determinado grupo social. Foi possível perceber, através da pesquisa realizada, que a formação de identidade está, invariavelmente, atrelada às práticas sociais. A partir da análise de discurso realizada através do estudo de reportagens veiculadas sobre um município de tradição germânica do Oeste do Paraná, no período que compreende os anos de 2008 a 2015, foi possível perceber que a maneira como estes são disseminados contribuem significativamente para a atribuição de uma identidade coletiva, sem que se leve em consideração todas as culturas que a compõem.

### **Palavras-chave**

Discursos Hegemônicos. Práticas Sociais. Raça. Formação de Identidade.

### **Abstract**

The purpose of this qualitative study is to analyze how established discursive practices contribute to the establishment and maintenance of discourses and the formation of hegemonic identities in a given social group. It was possible to perceive that the formation of identity is invariably linked to social practices. Based on the discourse analysis carried out through the study of reports about a traditional Germanic municipality in the west of Paraná, between 2008 to 2015, it was possible to perceive that the way in which these are disseminated contributes significantly to the attribution of a collective identity, without taking into account all the cultures that compose it.

### **Keywords**

Hegemonic Discourses. Social Practices. Race. Formation of Identity.

## INTRODUÇÃO

A proposta que apresento neste estudo é uma abordagem do campo da Administração, mais especificamente, dos Estudos Organizacionais. Esta possui características diferentes daquelas que o *mainstream* da área costuma apresentar, como ficará perceptível ao leitor nas próximas páginas. Nesta perspectiva de estudo, busca-se transcender os limites das organizações formalmente constituídas, apresentadas nas abordagens ditas tradicionais da Administração. Esta abertura possibilita que outras abordagens sejam incorporadas ao campo. Diante disso, o presente artigo está vinculado à proposta de abordar a perspectiva da vida social organizada (CARRIERI, 2014).

O *locus* será uma pequena cidade do oeste paranaense, o município de Quatro Pontes, constituído por uma população de 4.081 habitantes (IBGE, 2018). Formado por cerca de 90% de descendentes de alemães, o município caracteriza-se por manter aspectos desta cultura, tanto nas construções públicas, quanto no estilo de vida das pessoas. Desta forma, outras culturas presentes na localidade acabam silenciadas. Por ser filha de mãe germânica e pai negro, mas me identificar hoje – após um longo processo de dúvidas e reconhecimentos – como mulher negra, optei por compreender como se dá o processo de inclusão – ou não – dos negros neste município ao qual as pessoas se referem como sendo um município alemão. Desta forma, mantive a minha atenção à cultura dita hegemônica e aos discursos disseminados por seus representantes, e como a presença dos “outros” – neste estudo, considero “outros” os negros que nele vivem – é silenciada.

O estudo tem por objetivo, portanto, analisar como práticas discursivas instituídas contribuem para o estabelecimento e manutenção de discursos e formação de identidades que se pretendem hegemônicas em determinado grupo social. O desenvolvimento da proposta realizou-se através da análise dos discursos disseminados em matérias a respeito do município, veiculadas na imprensa escrita e televisionada, a fim de identificar se, sob o pretexto de informar, o conteúdo das publicações não estaria disseminando práticas sociais com a finalidade de manter a perspectiva hegemônica e posicionar aqueles que não fazem parte desta em um espaço à parte.

Na atual conjuntura em que vivemos, somos levados a pensar que o melhor modo de organizar as pessoas é através da atribuição de um lugar, um papel e da apresentação de produtos a serem consumidos – ainda que culturais – ou seja, formas de subordinação dos indivíduos a sistemas hegemônicos, formalmente estabelecidos. Destarte, considero importante elucidar como se constroem elos entre indivíduos quando culturas díspares se encontram – chocando-se ou entrelaçando-se – em relações por vezes assimétricas. Tais relações podem ser percebidas ao se tratar da formação de identidades locais vinculadas a relações raciais e práticas sociais, comuns nos ambientes das cidades.

Desta forma, como salienta Hofbauer (2006), palavras e conceitos articulam-se enquanto produtos histórico-culturais que, por sua vez, expressam intencionalidades individuais ou coletivas e podem ser vistos como diretamente ligados à construção da realidade social. Várias são as formas de manifestação das práticas sociais que determinam comportamentos. Estas podem ser expressas pela linguagem verbalizada, silenciamento ou expressões

culturais mantidas como forma de sustentar a hegemonia de determinado grupo social. Para Giddens (1991, p. 38), “nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações”. Para o autor, portanto, são as tradições que visam integrar a ação com a organização de uma comunidade, sendo estas estruturadas a partir de práticas sociais recorrentes.

Diante deste contexto, tem-se a abordagem da formação da identidade, vinculada às práticas sociais disseminadas. Como afirmam Souza e Carrieri (2012), não é possível pensar em identidade sem considerar as práticas cotidianas que a constituem. Isto, porque os sujeitos, imersos em seu cotidiano, invariavelmente reproduzem – consciente ou inconscientemente – práticas sociais previamente estabelecidas.

Nesta perspectiva de pesquisa, entendo que as questões étnico-raciais não podem ser negligenciadas, uma vez que estão diretamente relacionadas às práticas sociais desenvolvidas para a formação de identidade do município supramencionado. É preciso salientar, neste contexto, que, conforme afirma Hall (2011), até mesmo o conceito de raça que hoje conhecemos, antes de ser concebido a partir de uma perspectiva biológica, já estava cunhado no âmbito discursivo. Logo, de acordo com o mesmo autor, o conceito é constituído a partir de sistemas de representação e práticas sociais que determinam que as diferenças físicas são marcas simbólicas que diferenciam socialmente um grupo de outro.

A globalização, cada vez mais, tem levado pessoas de diversas culturas e origens a conviverem nos mesmos espaços. Tal perspectiva leva a ações que façam com que identidades hegemônicas prevaleçam sobre as demais, sob o pretexto de manutenção da cultura e da tradição. Conforme salienta Hall (2011, p. 85), “o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas”.

Para a análise das perspectivas expostas, o artigo divide-se em seis seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção, apresentarei a questão das relações raciais e a forma como diferentes raças se constituem e convivem em determinado ambiente social. Posteriormente, abordarei o contexto de práticas sociais e discursivas e sua relação com a formação de identidades. Após este aporte teórico, a quarta seção traz os procedimentos metodológicos que darão suporte à análise dos dados, os quais serão apresentados na sequência. Finalmente, apresentarei as considerações finais do referido estudo.

## **RELAÇÕES RACIAIS NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**

Falar de relações étnico-raciais no Brasil é ainda tabu em muitas áreas do conhecimento, entre elas, no campo da Administração e dos Estudos Organizacionais. Isto, porque esta questão ainda não está bem resolvida em nosso país, conforme afirma Rosa (2014). Para Conceição (2009), a maneira como historicamente se tratou da questão racial em nosso país influencia o modo como os brasileiros enfrentam os problemas relativos à discriminação. Entendo, porém, ser fundamental que esta questão seja abordada neste campo de estudo, tendo em vista que, conforme salienta Linstead (1999), na medida em que os estudos organizacionais

ignoram as perspectivas de estudos contra-hegemônicos, acaba por legitimar mecanismos que institucionalizam questões como o controle social, por exemplo.

O Brasil tem sido construído historicamente como um país miscigenado e, portanto, livre de preconceitos. A ideia de democracia racial brasileira (FREYRE, 2006) ancorou esta visão durante muito tempo, fazendo com que a construção do país se desse de maneira que as questões raciais não fossem vistas como um problema que merecesse grande preocupação. No entanto, um olhar mais detido para a realidade que nos cerca permite-nos perceber que o colorido harmônico, aparente na superfície, não se sustenta quando confrontado com uma análise mais profunda. Neste sentido, o silenciamento acerca da temática que persistiu durante anos no contexto dos Estudos Organizacionais privilegiou o pensamento hegemônico da harmonia racial. O silêncio, em muitos momentos, é mais poderoso do que as palavras. Quando se trata de relações étnico-raciais o que se tem é um ambiente ocupado por silêncios, entre os quais o silêncio institucional, que pouco questiona a realidade que hoje nos é apresentada.

De acordo com o que afirma Conceição (2009), a ideia de harmonia racial que povoa o nosso imaginário coletivo é quebrada através de uma rápida observação de como são ocupados os espaços de poder em nossa sociedade. No entanto, de acordo com a mesma autora: “Causa inquietação analisar as publicações acadêmicas em administração e verificar que tão pouco tem sido escrito a respeito desse assunto” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 1). Tal conduta resulta em certa naturalização das diferentes posições ocupadas por brancos e negros nos contextos e ambientes em que atuam.

Assim como apresentado por Hofbauer (2006), entendo que conceitos de cor, raça e cultura não são neutros, estão vinculados a uma intencionalidade que pode ser apreendida através de práticas sociais. Estas, por vezes, através de palavras que são ditas ou silenciadas, através de ações ou de gestos, podem demonstrar a forma como tais questões são tecidas. É possível perceber, a partir do apresentado, que o conceito de raça que hoje determina as ações dos sujeitos foi construído a partir de interesses particulares, assim como muitos dos discursos que aceitamos e, por vezes, disseminamos em nosso cotidiano. Assim, discursos e práticas sociais constituíram a ideia de raça e a maneira como esta é articulada em nosso cotidiano.

### **Relações Raciais: entre Diferenças Biologicamente Determinadas e Formações Discursivas bem Articuladas**

Para compreender a realidade brasileira no que diz respeito às relações étnico-raciais, é preciso entender como esta foi construída no decorrer do tempo. Para tanto, apresento uma breve contextualização histórica da formação do pensamento étnico-racial no Brasil. Considero importante esta compreensão, uma vez que as nossas ações são, muitas vezes, regidas a partir do que internalizamos desta construção. Sabe-se que a formação étnica do Brasil tem, em sua base, quatro elementos principais que Ribeiro (1995) apresenta como sendo as populações autóctones que aqui viviam, antes da chegada dos portugueses ao país; os europeus que chegaram ao Brasil durante o período colonial; os negros africanos trazidos

na condição de escravos e os imigrantes europeus e asiáticos que encontraram no país uma abertura para que pudessem conduzir as suas vidas de maneira que lhes parecia mais digna. Esta miscigenação é tão explicitamente percebida que, em finais do século XIX, o Brasil era apontado como um caso único e singular de extrema miscigenação racial, afirma Schwarcz (1993).

No entanto, conforme afirma Barros (2014), há no ser humano a tendência de transformar diferenças em desigualdade. No que diz respeito às relações raciais, isto ocorreu de maneira muito evidente, levando a um perverso processo de hierarquização. Esta ideia de hierarquia racial foi utilizada por diversos países ao redor do mundo para manter hegemonia de determinados grupos e, no Brasil, não foi diferente. Para Munanga (2013), o que ocorre em nosso país ainda hoje é que não há o reconhecimento oficial e público dessas diversidades, as quais ainda estão sendo tratadas desigualmente. Esta desigualdade tem colocado, historicamente, o branco em posição de superioridade em relação ao negro. Para comprovar tal superioridade, foram aceitos em nosso país os resultados de estudos biológicos que supostamente comprovavam tal hierarquização.

Estes estudos, de acordo com Schwarcz (1993), traziam em seu cerne reflexões advindas do chamado século das luzes – sem retomar estas ideias, de acordo com Schwarcz (1993), a compreensão da evolução das teorias raciais ficaria incompleta – no qual havia duas perspectivas de análise para a formação da humanidade. Por um lado, conforme salienta a autora, Rousseau trazia a ideia de uma humanidade una, proveniente de uma mesma raiz de formação. Esta abordagem foi posteriormente conhecida como teoria monogenista. De outro ponto de vista, as teorias de Buffon e De Pauw, justificavam as diferenças humanas a partir de uma abordagem poligenista, ou seja, a ideia de que havia diversas bases de criação do ser humano e, por isso, as diferenças eram justificadas. Tanto a abordagem monogenista quanto a poligenista auxiliaram na construção posterior das teorias raciais, no entanto “a partir do século XIX, será a segunda postura a mais influente, estabelecendo-se correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” afirma Schwarcz (1993, p. 62).

As abordagens iluministas foram, portanto, apropriadas aos estudos biológicos realizados nos séculos XVIII e XIX, visando determinar o que diferenciava os distintos grupos humanos. O termo raça, conforme afirma Schwarcz (1993), é introduzido por Georges Cuvier no início do século XIX, como variante do debate sobre a cidadania, uma vez que o interesse dos debates estava em compreender os sujeitos a partir das determinações de seu grupo biológico.

A ideia de diferença entre raças, desta forma, adquire tal força que, conforme afirmam Cabecinhas e Amâncio (2003), mesmo após a publicação de Darwin dando conta da origem das espécies, muitos cientistas relutavam em aceitar que pudesse ter havido uma origem comum para o ser humano. É possível perceber que se tratou de um período no qual se buscava comprovar que existiam diferenças naturais entre os sujeitos de diferentes raças, o que explicava as perspectivas de superioridade e inferioridade de uns em relação aos outros. Para Santos (2002), neste momento, a ideia de evolução torna-se o paradigma incontestável

para toda investigação científica – tanto a partir da visão mono quanto poligenista – já não se aceitam tolerantemente, portanto, as diferenças entre os homens. Para os evolucionistas, haveria uma raça pura, mais forte e sábia que eliminaria as mais fracas e menos sábias e, a partir disso, se desenvolveria a eugenia, afirma a autora.

Foi, portanto, em meados do século XIX, que, conforme afirma Schwarcz (1993), chegou-se à conclusão de que as diversidades humanas observáveis eram um produto direto das diferenças na estrutura racial. Os estudos que tomavam por base a análise do crânio dos sujeitos foram essenciais neste período a fim de comprovar o pressuposto de hierarquização racial. Estes estudos davam conta de que os brancos eram inquestionavelmente superiores uma vez que possuíam um crânio maior (SANTOS, 2002).

É importante salientar que conforme apresentado por Hall (2011), tais estudos tinham a intenção de comprovar cientificamente um argumento que, no âmbito discursivo, já era tido como verdadeiro. Logo, de acordo com o mesmo autor, o conceito de hierarquização racial é constituído a partir de sistemas de representação e práticas sociais que determinam que as diferenças físicas são marcas simbólicas que diferenciam socialmente um grupo de outro. No mesmo sentido, Barros (2014) destaca que a ideia de que os indivíduos podem ser classificados em diferentes raças em virtude da pigmentação da sua pele é uma construção social e histórica. Neste sentido, Lévi-Strauss (1976) também apresenta a raça a partir da abordagem cultural e social, uma vez que afirma que a ideia de humanidade surge tardiamente e não é totalmente compreendida. Muitas vezes, diz o autor, ela termina nas fronteiras dos grupos dos quais fazemos parte. Diante disso, para Lévi-Strauss (1976), o que convence o ser humano de que existem diferentes raças não está vinculado à sua constituição biológica, mas a evidência imediata dos seus sentidos, quando vê, juntos, sujeitos advindos de diferentes locais e que, portanto, possuem características físicas diversas.

Esta construção do conceito de raça também afetou as relações pessoais no Brasil. Para compreender como este processo de diferenciação e superioridade racial se fundamentou e consolidou em nosso país, sugiro iniciar esta análise retornando aos períodos pré- e pós-abolição da escravatura. Foram estes os momentos nos quais ganhou força um movimento que visava comprovar cientificamente a inferioridade do sujeito negro em relação aos demais, uma vez que “demonstrada ‘cientificamente’ a desigualdade racial, estavam justificadas a desigualdade social e a inexistência de cidadania para os recém-libertos” (VIEIRA, 2015, p. 62).

Os discursos difundidos atestavam esta suposta inferioridade negra. Freyre (2006, p. 397) apresenta parte do discurso de D. Frei José Fialho, datado do ano de 1738, arquivado na catedral de Olinda, no qual ele afirma que “há decerto, e abundam os documentos que nos mostram no negro um tipo antropologicamente inferior, não raro próximo do antropoide, e bem pouco digno do nome homem”.

Para Schwarcz (1987), as notícias veiculadas nos meios de comunicação da época também disseminavam a ideia da inferioridade do negro e auxiliavam a reprodução das teorias racistas. Em um dos fragmentos destacados por Schwarcz (1987, p. 113), lê-se: “O negro só sabia ser sensual, idiota, sem a menor idéia de religião, de outra vida moral e nem sequer de justiça

humana. Dançar no domingo, embriagar-se, era a sua única atividade [...]” (CORREIO PAULISTANO, 19 jul. 1892). Esta forma de pensamento foi amplamente disseminada e fortalecida no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Considero importante destacar aqui a influência que tem os meios de comunicação para a formação identitária. A maneira como as notícias são veiculadas auxiliam no processo de desenvolvimento e manutenção de práticas sociais e discursivas que moldam a forma de pensar daqueles que fazem parte de determinada realidade. Conforme afirma Santos (2002), havia um intuito claro, neste período, de colocar o cidadão negro à margem da sociedade, devendo este resignar-se à sua condição de estranho à civilidade. A partir dela, duas correntes de pensamento foram estabelecidas, quais sejam a segregação e a extinção dos sujeitos inferiores (HOFBAUER, 2006).

A primeira linha, de acordo com Rosa (2014), defendia que a miscigenação era uma ameaça que poderia degenerar o povo brasileiro, impedindo a sua constituição enquanto nação. A segunda corrente de pensamento, por sua vez, defendia a ideia do branqueamento, com a possibilidade de extinção paulatina de negros e mestiços de pele escura, afirma Rosa (2014). Neste período apresentava-se o país como sendo mestiço, no entanto, com forte perspectiva de branqueamento. Como salienta Schwarcz (1993, p. 16): “O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco”.

Pretendia-se, portanto, regenerar o povo brasileiro a partir de um processo de embranquecimento gradual. Schwarcz (1993) corrobora esta ideia de que houve um processo de construção simbólica da raça e salienta que, no Brasil, essa construção foi moldada pelas elites intelectuais do início do século XX. As elites acomodavam modelos diversos em suas composições, utilizando o que combinava com o discurso que deveria ser aceito e descartando o que era considerado problemático para a construção de um argumento sobre as questões raciais no país. Desta forma, é possível afirmar que a diferença entre negros e brancos, hoje naturalizada, advém de uma construção histórica e social que atendia aos interesses específicos do período em que foi constituída.

Entendo, a partir do apresentado, que o conceito de raça que hoje determina as ações dos sujeitos foi construído a partir de interesses particulares, assim como muitos dos discursos que aceitamos e, por vezes, disseminamos em nosso cotidiano. Isto, porque, como salienta Fanon (2008, p. 28), “a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa à influência humana. É pelo homem que a sociedade chega ao ser”.

Nesta perspectiva, como apresenta Ribeiro (1995), a luta mais árdua que o negro enfrentou, e ainda enfrenta em nossa sociedade, é a conquista de um lugar, de uma participação legítima na sociedade brasileira. O processo de imigração pelo qual passou o Brasil, no entanto, teve contornos diferentes e possibilitou um posicionamento diferenciado dos recém-chegados em nosso país.



## **A Imigração Europeia e a Formação dos Estados do Sul do Brasil**

Para os brancos europeus, por sua vez, a vinda ao Brasil ocorreu em circunstâncias e motivações diversas da realidade dos negros africanos. Sob a promessa de uma expectativa de vida melhor, os europeus deixaram os seus países não a força ou para serem escravizados, mas para aqui receberem e cultivarem terras. Como salienta Magalhães (1993), fez-se uma intensa propaganda para atrair os germânicos ao Brasil, uma vez que era necessário incrementar a produção e suprir a força de trabalho necessária em nosso país, principalmente na região sul. A decisão, portanto, foi política e vislumbrou a colonização de áreas do Rio Grande do Sul, em virtude de disputas territoriais que o Brasil travava com os países vizinhos. Como afirma Seyferth (2000, p. 144):

A decisão do governo imperial de implantar no sul um sistema de colonização com imigrantes agricultores, a partir de 1824, tinha motivação geopolítica – povoar uma região problemática do território nacional, ainda sujeita a disputas fronteiriças com países vizinhos – e um propósito de diversificação econômica, objetivando estimular o progresso com a vinda de camponeses e artífices europeus.

As terras disponíveis para esta ocupação não foram repassadas aos brasileiros neste período, uma vez que, como salienta Seyferth (2000), estes aparecem nos discursos imigrantistas como racialmente inferiores e incapazes de garantir a produtividade das terras. Não se fala aqui ainda dos negros – estes eram ignorados e vistos como incapazes de produzir e manter as terras – mas dos brancos ou mestiços que aqui já se encontravam.

Os primeiros imigrantes europeus foram, portanto, deliberadamente assentados em locais que os isolassem das famílias brasileiras já estabelecidas por aqui e passaram por situações discriminatórias à medida que não eram bem aceitos fora de suas comunidades. Assim, além de expressar os modos de vida diferenciados, as expressões “colônia alemã” ou “colônia italiana”, por exemplo, também demonstram este distanciamento uma vez que “o contato com a sociedade nacional abrangente era intermitente e muitas vezes restrito à parcela da população envolvida na atividade comercial ou residente nos núcleos urbanos” (SEYFERTH, 2000, p. 147).

A partir dos registros disponíveis, tem-se que uma das primeiras colônias germânicas no Brasil foi fundada em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, no ano de 1824 (SEYFERTH, 2000). Deste ano até meados de 1830, quatro colônias germânicas foram fundadas no sul. Estas, conforme Oberacker Jr. (1968), tinham prioridade, em virtude da influência da imperatriz brasileira D. Leopoldina, a qual era austríaca. A partir daí, a imigração alemã intensificou-se no sul do país, chegando também aos estados de Santa Catarina e, posteriormente, ao Paraná. Neste estado, especificamente na região oeste, foi que se fixaram muitos dos alemães, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em meados da década de 1950.

Embora a história oficial o apresente como desabitado, na qual os migrantes puderam adquirir terras e desmatar a região, alguns estudos nos trazem a perspectiva de que o território foi povoado também por questões políticas de proteção de fronteira, uma vez que era ocupado



por empresas de capital estrangeiro – inglês e argentino –, as quais utilizavam a mão de obra de índios e mestiços – denominados *mensus* – que ocupavam este território (STEIN, 2000). Estes sujeitos que habitavam as terras até a chegada da empresa colonizadora são arbitrariamente desconsiderados na história oficial da região. Este fato pode ser percebido no relato apresentado a seguir, o qual aborda a forma como foi estabelecido o que hoje é o município de Marechal Cândido Rondon, no oeste do Paraná:

Em 1951 foi fundada a Colônia General Rondon, de cujo estabelecimento e desenvolvimento participaram exclusivamente alemães. Quem hoje visitar General Rondon, mal pode compreender que há três anos apenas imperava nesta região, impenetrável, a mata virgem. Com perseverança tenaz e à custa de muito trabalho, o colono germânico lá mostrou a sua capacidade. O primeiro habitante e fundador de General Rondon é o Sr. Benno Weirich; derrubou a primeira árvore a fim de iniciar a construção da localidade. Durante cinco meses viveu com a mulher e os filhos em meio da selva, completamente isolado de qualquer comunicação (AULICH, 1953, p. 43-44).

O relato apresentado evidencia o discurso fundador da região mencionada, o qual impera ainda hoje. Neste, não são considerados os sujeitos que já estavam na região quando foi iniciado o seu processo de colonização. Apenas são citados na história oficial os germânicos – destemidos desbravadores – que trouxeram para a região a sua força de trabalho e a transformaram no que hoje temos.

Considero importante salientar aqui que, conforme menciona Stein (2000), a ocupação do extremo oeste do Paraná foi feita a partir de um planejamento deliberado – executado pela empresa Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. - MARIPÁ – o qual tinha como um de seus pilares que as terras deveriam ser vendidas exclusivamente para descendentes de italianos ou alemães. Assim, foi a colonizadora que, de maneira impositiva, determinou quem seriam os ocupantes daquelas localidades. É possível apreender ainda, diante do exposto, que, conforme afirma Seyferth (2000), a distribuição dos espaços a serem ocupados não foi aleatória e proporcionava certo isolamento das colônias, o que permitiu a formulação de identidades étnicas. “Em muitos desses núcleos coloniais, foram conservadas tradições culturais, falando a língua e manifestando costumes e hábitos, denotando em alguns casos uma profunda identificação com o país de onde os imigrantes provinham”, diz Zanelatto (2007, p. 140).

Diante deste contexto, pude perceber que os imigrantes, apesar de terem sido submetidos a um forte discurso nacionalista no Brasil, tendo períodos em que inclusive a língua alemã foi proibida no país, conseguiram manter vivas as bases de sua cultura em colônias espalhadas por todo o país, principalmente nos estados do sul. Conforme pondera Ribeiro (1995), o papel do imigrante foi relevante para a região sul, na perspectiva da formação de conglomerados regionais, nos quais foram criadas paisagens de características europeias e populações predominantemente brancas.

Assim, embora as colônias tenham sido por vezes isoladas, como visto, diferentemente do que ocorreu com os negros, os quais eram separados já em seu lugar de origem, a fim de que não houvesse possibilidade de disseminação de sua cultura, com os europeus, ocorreu o

contrário. Isto possibilitou que, além de manter, pudessem fortalecer os laços que remetiam ao seu ambiente de origem. Esta característica pode ser percebida ainda hoje nos locais que possuem forte influência de descendentes desses grupos de imigrantes. Em se falando dos germânicos, podemos perceber traços de sua cultura originária presente na arquitetura, na manutenção da língua alemã e, principalmente, nos discursos e práticas que são disseminados nos locais onde tal cultura predomina, possibilitando a formação e manutenção de uma forte identidade étnica.

## **PRÁTICAS SOCIAIS E FORMAÇÃO DE IDENTIDADE**

Questões que envolvem relações raciais e culturais, como apresentado, estão intimamente articuladas a práticas sociais que moldam e constituem os sujeitos. Não há, portanto, como pensar em formação de identidade sem que as práticas dos sujeitos sejam consideradas. Ao abordar a questão da identidade, parto do conceito apresentado por Ciampa (2005), o qual afirma que identidade é metamorfose e é construída no decorrer da vida dos sujeitos. Desta forma, entendo que o processo de formação da identidade vincula-se fortemente com a maneira como as representações e práticas sociais são apresentadas e manifestadas pelos indivíduos.

Tais práticas derivam de formações discursivas e identitárias reproduzidas em determinados espaços, no decorrer do tempo. Desta forma, torna-se fundamental compreender como práticas sociais contribuem para a formação e manutenção da identidade dos sujeitos. Para tanto, é necessário considerar tanto a perspectiva pessoal quanto a social. Isto, porque, como afirmam Souza e Carrieri (2012, p. 43), “a emergência de uma história de vida singular se dá necessariamente em interação mútua com as histórias de vida de todos aqueles com quem se entra em contato”. Logo, “para entendermos a identidade, precisamos entender o próprio processo de produção da identidade” (CIAMPA, 2005, p. 159). Não se trata de uma identidade fixa, imutável, mas em constante processo de produção. Tomando-se a concepção apresentada por Hall (2011), tem-se a identidade como fragmentada, construída e reconstruída no decorrer do tempo. A partir deste conceito, tem-se que o sujeito é composto não de uma única, mas de várias identidades. Por vezes, estas são até mesmo contraditórias. Estas identidades são também móveis e estão atreladas à identidade cultural na qual o sujeito está inserido. Para Hall (2011, p. 13), “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. Diante disso, conforme salienta Ciampa (2005, p. 22), “a identidade dos sujeitos transcende a sua individualidade”.

Neste sentido, Hall (2011, p. 13) afirma que “[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”. A identidade é, portanto, um fenômeno social. Logo, não é possível dissociar o estudo da identidade do estudo da sociedade, uma vez que a identidade se modifica a partir das relações sociais. Destarte, Ciampa (2005, p. 169) afirma que “é a estrutura social mais ampla que oferece os padrões de identidade”. Porém, como esta estrutura social pode ser configurada a fim de que possa oferecer tais padrões?

Analisar como se articulam representações e práticas sociais pode auxiliar na busca pela resposta à questão apresentada. Isto, porque tanto uma quanto a outra advêm de formações discursivas e, conforme afirma Woodward (2000), discursos e representações constroem os lugares a partir dos quais os sujeitos podem falar e expor os seus posicionamentos. No mesmo sentido, para Cabaña e Ichikawa (2017, p. 289), “as práticas estão estreitamente ligadas a aspectos identitários, pois a cada momento procuramos um lugar no meio das nossas interações sociais”. Neste sentido, entendo que a identidade dos sujeitos não é formada a partir de percepções individuais, mas do conjunto de práticas sociais que são determinadas no ambiente em que atua. Desta forma, tem-se a importância dos processos de interação entre os sujeitos para a construção da realidade social (SOUZA; CARRIERI, 2012).

Assim, conforme afirmam Rampazo e Ichikawa (2013, p. 107), “falar de identidade implica, necessariamente, falar do processo de socialização”. Para Dubar (2005, p. 136), “[...] identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições”.

Dubar (2005) defende que, para ser aceito no ambiente em que se insere, o sujeito adere a uma identidade que lhe é socialmente imposta. Este processo é chamado pelo autor de atribuição, no qual os sujeitos são identificados por outros e passam a ser classificados como membros de um grupo. Ainda de acordo com Dubar (2005), este processo impõe-se temporária e coletivamente aos sujeitos, através da socialização.

A formação da identidade não se dá, portanto, apenas em nível individual, mas também coletivo. A identidade coletiva, conforme apresenta Paulino-Pereira (2014, p. 59), “[...] é uma construção histórica que se dá a partir da relação dialética que ocorre em um determinado tempo/espaço entre indivíduos e/ou grupos que organizam sua vida cotidiana em torno de atividades semelhantes, tendo como base um conjunto de significados compartilhados, próprios de sua cultura [...]”.

Os sujeitos, neste contexto, deixam-se moldar pelas práticas sociais que compõem o ambiente em que se inserem, até mesmo para serem aceitos nele. “O agente, por meio do reconhecimento, internaliza e incorpora as relações sociais e reproduz suas práticas com o intuito de acumular prestígio em um determinado campo”, dizem Rampazo e Ichikawa (2013, p. 107).

Diante deste contexto, outra articulação importante se faz necessária, uma vez que representações e práticas sociais são estabelecidas através de relações discursivas. Para Fairclough (2001), o discurso é o uso da linguagem como uma forma de prática social. Logo, para este autor, assim como o texto, as práticas sociais são elementos essenciais para a formação discursiva. O discurso, portanto, é aqui compreendido como algo que está para além da fala, está atrelado também a relações de poder. Importa salientar, neste sentido, que os sujeitos não são donos dos seus discursos – apesar de muitos acreditarem ser – mas manifestam através do discurso aquilo que entendem como verdadeiro e que lhes é conferido a partir das representações e práticas sociais, fundamentais para a sua formação identitária.

Neste contexto, Hardy e Phillips (2004) afirmam que o discurso constitui-se de fenômenos que passam a existir a partir da articulação entre o próprio discurso e as relações de poder. Assim, passa a ser fundamental a compreensão de que, enquanto sujeitos, via de regra, reproduzimos o que está formalmente estabelecido. Tal pressuposto pode levar-nos a viver a alienação da vida cotidiana, no momento em que se aceita passivamente os discursos estabelecidos.

Na concepção de autores como Heller (2000) e Lefebvre (1991), esta ideia é fortemente estabelecida. Para eles, os sujeitos vivem alienados com breves momentos de lucidez. Em contrapartida, Certeau (2000) apresenta a possibilidade de sujeitos que podem construir a sua história através de estratégias e táticas que os permitem escapar ao formalmente estabelecido. Esta perspectiva poderia fazê-los questionar e se desvencilhar das imposições daqueles que detêm o poder formal.

No entanto, mesmo diante desta abordagem apresentada por Certeau (2000), é possível perceber que, cada vez mais, se estabelecem tentativas de neutralização desses sujeitos, as quais ocorrem através de práticas sociais e discursos amplamente disseminados, tornando difícil que as amarras que prendem os sujeitos sejam totalmente desfeitas. Isso não significa impossibilidade de os sujeitos construírem a sua história, uma vez que, conforme salienta Ciampa (2005), até mesmo esse jogo que estrutura as relações sociais é mantido pelas atividades individuais. Assim, para este autor, as identidades refletem a estrutura social, mas também reagem sobre ela. Esta reação pode ser para a conservação ou transformação da realidade (CIAMPA, 2005; FAIRCLOUGH, 2001).

No entanto, entendo que, por vezes, o que vemos é um jogo desigual, no qual as estruturas dominantes possuem maior força para manter a realidade do que têm os sujeitos para transformá-la. Neste sentido, Lauwe (1983) afirma que, na ânsia de atender a seus próprios interesses, grupos dominantes podem influenciar as condições de vida e trabalho estabelecidas e a definição dos espaços a serem ocupados. Como seria possível, por exemplo, sem o apoio destes mecanismos e práticas, fazer com que, em um ambiente de maioria germânica, a manutenção de sua cultura não fosse ameaçada por outras raças que possam coexistir no mesmo espaço? Como demarcar simbolicamente os lugares a serem ocupados e os limites das ações dos sujeitos neste contexto? Carrieri, Silva e Junquillo (2008, p. 6) afirmam, neste sentido, que “as práticas sociais dos sujeitos envolvidos ou não na deliberação refletem uma construção social em torno dela, na busca por familiarizar os elementos desconhecidos”.

É importante mencionar também que práticas sociais são atravessadas por ideologias que determinam as ações dos sujeitos. Chauí (1980 *apud* BRANDÃO, 2002, p. 21), salienta que a ideologia se organiza como “um sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer”.

A manifestação de ideologias pode ocorrer através da verbalização ou mesmo pelo silenciamento, quando, na ânsia de manter um determinado padrão, considerado importante para determinada comunidade, os sujeitos silenciam diante de situações que poderiam levar a

refletir sobre a sua manutenção. Este posicionamento, em diversos momentos, é chancelado por práticas sociais determinadas e reproduzidas pelos sujeitos em seu cotidiano. É possível verificar, diante disto, que os discursos, na perspectiva das práticas sociais, realizam um trabalho ideológico no sentido de moldar as relações dos sujeitos no mundo, de maneiras que nem sempre são evidentes para eles, afirma Mumby (2004).

É possível apreender, diante de tal abordagem, que os sujeitos não são “donos” de seu discurso, mas reproduzem o que já é tido como verdade a partir de ideologias previamente estabelecidas, por vezes, sem que se deem conta disso. Orlandi (2013) corrobora esta visão, ao afirmar que, na perspectiva ideológica, o indivíduo tem a ilusão de ser a origem do que diz, quando, na verdade, está apenas retomando sentidos preexistentes. Desta maneira, é fundamental estar atento a tais detalhes, analisando as relações existentes entre a língua, os indivíduos que a manifestam e as situações que são produzidas através desta relação. É preciso, portanto, buscar compreender o que está por trás do que está sendo dito, quais são os conceitos que determinam os discursos dos indivíduos, tal qual se apresentam. É primordial perceber de que maneira o discurso se articula e, por vezes, manipula os indivíduos em suas práticas.

Neste contexto, têm-se ainda a linguagem (verbalizada ou não) como determinante de práticas sociais. De acordo com Lane (2012, p. 34), a linguagem pode ser vista como produto de uma coletividade e, desta maneira, reproduz os valores associados às práticas sociais que se cristalizaram. Assim, ela reproduz uma visão de mundo que é produto de relações que se desenvolvem para a sobrevivência de determinado grupo social. Em minha percepção, são essas práticas que passam a constituir a identidade dos grupos sociais.

Diante disso, é possível perceber que os grupos étnicos também são resultados de tais construções. Neste sentido, Poutignat (1998) diz que as histórias de tais grupos podem ser puramente ficcionais, sendo invocadas e articuladas de acordo com as circunstâncias. Para Ciampa (2005, p. 141), “a realidade é sempre movimento, é transformação, sendo as práticas sociais transformadas à luz de novas necessidades, alterando assim o seu caráter”. Logo, “[...] as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas” (GIDDENS, 1991, p. 39). Neste sentido, entendo que os discursos possuem um papel decisivo, uma vez que, como apresenta Linstead (1999), os textos são importantes formas de ação social.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Após ter percorrido sobre as bases teóricas a partir das quais estabelecerei as discussões acerca da formação de identidade vinculada às práticas discursivas, considero ser importante apresentar o aporte metodológico, ou seja, os caminhos que percorri para a construção deste estudo qualitativo.

A coleta de dados deu-se a partir de fontes documentais. Optei pela utilização de reportagens sobre o município veiculadas na imprensa escrita e televisionada, bem como materiais disponíveis no *site* oficial do município, no período que compreende os anos de 2008 a

2015. A escolha deu-se em virtude de, neste período, Quatro Pontes ter sido reconhecida pelos seus índices de qualidade de vida e desenvolvimento humano, obtendo assim destaque na imprensa local e regional. No que concerne à imprensa escrita, utilizei-me de três fontes, quais sejam, materiais publicados no endereço eletrônico oficial do município; reportagens produzidas a respeito do município por jornais de circulação regional – distribuídos física e/ou eletronicamente; edições especiais, produzidas pelo poder público municipal anualmente, em virtude das comemorações de aniversário do município. Esta escolha teve o intuito de tentar perceber se há diferença na maneira como o município é apresentado por terceiros e como ele é apresentado a partir da perspectiva do poder público.

Em relação à imprensa televisionada, foi analisada reportagem veiculada no ano de 2014, quando o município foi reconhecido como a segunda melhor cidade do Paraná em termos de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, estando na ocasião apenas atrás de Curitiba – capital do estado – neste quesito.

As reportagens foram selecionadas levando em conta o seu conteúdo, o qual deveria estar vinculado a abordagens que destacassem características do município no que diz respeito a qualidade de vida, cultura e tradição. Foram selecionadas para análise, portanto, uma reportagem televisiva; informações acerca da história do município disponíveis em seu *site* oficial; duas reportagens escritas de jornais da região; três reportagens de jornais eletrônicos; e sete edições comemorativas ao aniversário do município. Os jornais comemorativos foram descartados, tendo em vista não atenderem ao critério de abordarem os temas acima apresentados. Nestas publicações, destacam-se apenas os feitos da administração pública municipal nos diferentes anos em que os tais jornais foram distribuídos, não sendo, desta forma, relevantes para este estudo. Importa destacar ainda que não serão mencionados os nomes dos jornais ou canais de televisão nos quais as reportagens foram veiculadas. As fontes serão identificadas como: *site* oficial do município; reportagem televisiva; jornal físico e jornal eletrônico, seguido do ano das referidas reportagens.

O que pretendo é, através da análise dos discursos disseminados em tais meios, identificar se, sob o pretexto de informar, o conteúdo das publicações não estaria disseminando práticas discursivas com a finalidade de manter a perspectiva hegemônica e posicionar aqueles que não fazem parte da mesma em um “lugar” à parte. Esta abordagem é proposta uma vez que, conforme exposto, os discursos se inserem e são, por vezes, formadores de práticas através das relações sociais, o que tem aumentado o interesse por sua análise nos estudos organizacionais.

A análise de discurso tem por objetivo compreender o processo de construção do conhecimento da sociedade por meio da linguagem. De acordo com Orlandi (2013, p. 15), “[...] procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Dentre as possibilidades para a realização da análise de discurso, Saraiva (2009) apresenta uma sistematização de procedimentos, dos quais utilizarei, para esta análise, os seguintes itens: análise lexical; temas e figuras (explícitos ou implícitos no texto); percursos semânticos; aspectos interdiscursivos; sintaxe discursiva; condições sociais de produção dos discursos; aspectos ideológicos combatidos e defendidos

no discurso; e a posição do texto em relação ao discurso hegemônico na sociedade em que se situa.

O que pretendo compreender no estudo ora proposto é o sentido do que é dito, indo, porém, além do que é expresso pela fala.

## **A PRÁTICA SOCIAL EM AÇÃO - QUATRO PONTES: UMA CIDADE GERMÂNICA?**

Diante da proposta deste estudo, passo a apresentar fragmentos de reportagens selecionadas, dentre aquelas que foram veiculadas sobre o município de Quatro Pontes, no que diz respeito à sua cultura. Nelas, foi possível identificar fortes tendências à preservação da cultura germânica e da formação de uma identidade coletiva relacionada a ela. As análises foram realizadas buscando identificar conteúdos explícitos de exaltação da germanidade; presença de práticas discursivas que visam levar à aceitação de uma identidade coletiva; os silenciamentos presentes, os quais também podem ser articulados com vistas a manter discursos hegemônicos; e as manifestações implícitas presentes nos discursos.

Iniciei a análise através de textos que tratavam da cultura do município de Quatro Pontes e que também trouxessem algo sobre o período de sua fundação a fim de identificar como a história é retratada. Os fragmentos 001 e 002 apresentam tal perspectiva:

(001) A década de 1950 já estava em andamento quando chegaram ao hoje município de Quatro Pontes [...] os primeiros habitantes, vinda viabilizada pela empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá. [...] agricultores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, especialmente descendentes de alemães e italianos, foram motivados a adquirirem terra na nova colonização, que brotava de forma vigorosa no Oeste do Paraná. A estratégia deu certo e, poucos anos depois foi iniciada a ocupação do solo (SITE DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, 2016).

(002) Esta companhia tinha adquirido, em 1945, os direitos sobre as terras da companhia inglesa “Madera del Alto Paraná”, com o objetivo de: derrubar a mata; assentar colonos Riograndenses e Catarinenses, principalmente de origem Alemã e Italiana; comercializar a madeira extraída e a produção das colônias e estabelecer núcleos urbanos (SITE DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, 2016).

Nos fragmentos supra apresentados, pude identificar que a entidade enunciativa apresenta um tema explícito: corrobora o discurso amplamente difundido de que os germânicos, convidados por representantes da indústria madeireira, foram os primeiros a ocupar as terras onde hoje fica o município. Mantém-se, portanto, a perspectiva de que não havia qualquer outro ocupante nesta área. Tal fator destaca-se quando a reportagem apresenta a ocupação como uma “nova colonização” e silencia sobre a existência de quaisquer outras possibilidades. No segundo fragmento, apesar da empresa inglesa que explorava as terras ter sido citada, novamente há o silenciamento em relação aos sujeitos que dela faziam parte.



Importante salientar ainda que apenas as raças alemãs e italianas são mencionadas. Não há qualquer menção a outros sujeitos que pudessem fazer parte ou ter auxiliado em qualquer atividade na região. Os fragmentos apresentados corroboram a perspectiva apresentada por Poutignat (1998) de que as histórias que nos são contadas podem ser invocadas e articuladas de acordo com circunstâncias e interesses específicos.

Como visto anteriormente, o processo de formação de comunidades dos descendentes europeus no Brasil foi deliberadamente planejado a fim de que os mesmos se mantivessem vinculados às suas culturas de origem (SEYFERTH, 2000). Isto se deu para garantir que as tradições europeias fossem disseminadas e mantidas em nosso país. Muitas décadas passaram-se desde que tais práticas foram estabelecidas, no entanto, esta forma de agir continua presente nos locais de forte influência cultural europeia. No município que é objeto deste estudo, este é também um fator fortemente destacado.

Em minha concepção, temos nos fragmentos 003 a 006, uma das mais fortes manifestações práticas discursivas que visam, como diz Hofbauer (2006), se articular para a construção da realidade social e formação de uma identidade coletiva. Penso isto com base em Souza e Carrieri (2012) ao dizerem que não é possível pensar em identidade sem considerar as práticas cotidianas que a constituem. Assim, grande parte das reportagens veiculadas sobre o município não deixam de enaltecer a arquitetura germânica presente na cidade, tendo por objetivo lembrar a todos quais são as suas origens ou em qual cultura devem se inserir.

(003) Formada por descendentes de alemães, a cidade não esconde a herança da colonização: detalhes na arquitetura de prédios públicos revelam o traço típico das construções alemães, com as vigas expostas nas fachadas (JORNAL ELETRÔNICO, 2014).

(004) Quem chega a Quatro Pontes logo percebe, a cidade foi fundada por descendentes de alemães. Os sinais estão na arquitetura: no portal de entrada, na câmara de vereadores, na prefeitura, nas escolas [...] (REPORTAGEM TELEVISIVA, 2014).

(005) Ruas asfaltadas, limpas, arborizadas, a maioria das casas sem grades ou muros, prédios públicos e estabelecimentos com arquitetura da cultura germânica – estilo enxaimel, demonstram as raízes da maioria da população de Quatro Pontes. O alemão continua sendo uma espécie de segundo idioma de boa parte da população, da mesma forma a música e a dança dos pioneiros são cultivadas principalmente na Casa da Cultura da cidade (BOLETIM FAEP, 2013).

(006) A arquitetura germânica logo chama atenção de quem visita pela primeira vez o pequeno município de Quatro Pontes, localizado no extremo Oeste do Paraná. Os principais prédios públicos da cidade e a maioria das casas seguem o estilo de construção enxaimel, trazido pelos alemães, cuja principal característica é a adaptação, além de expressar a cultura do povo europeu (JORNAL ELETRÔNICO, 2008).

Nos fragmentos acima dispostos, é possível perceber como práticas discursivas podem

interferir na formação da identidade de um povo. Explicitamente, tem-se o tema da valorização da cultura germânica, como se a mesma representasse por igual a totalidade da população local. A expressão “valorizando a cultura germânica do município” demonstra essa inclinação. Outro fragmento que chama a atenção e que, em minha concepção, tem também o objetivo de fortalecer a ideia de que a cidade pertence aos germânicos está na frase “formada por descendentes de alemães, a cidade não esconde a herança da colonização”. O léxico *herança* é uma figura interessante aqui, uma vez que remete ao conceito de família, de laços que não se desfazem facilmente.

Já no fragmento 006, chama a atenção a seguinte frase: “cuja principal característica é a adaptação”. Adaptação de quem? A quê? Seria uma forma implícita de dizer aos representantes de outras raças que vivem no município que devem se adaptar à cultura germânica, afinal é esta que representa a identidade do mesmo? Entendo que este posicionamento esteja vinculado à perspectiva de que práticas sociais e ideologias são impostas de forma que os sujeitos sequer se deem conta (LAUWE, 1983; MUMBY, 2004).

No mesmo sentido, é possível perceber que as práticas sociais não são expressas apenas por palavras. Por vezes, os silêncios dizem-nos muito mais do que grandes narrativas. Pude identificar nas reportagens televisivas – nas quais se destacam o povo de Quatro Pontes e os altos índices de qualidade de vida do município – um fator que vai além do destaque que é dado à arquitetura do local. Nas reportagens, apenas são entrevistados descendentes de alemães. Não houve qualquer reportagem no período analisado em que um negro tivesse sido entrevistado ou mostrado. Aliás, os mesmos sequer são mencionados como integrantes deste município. Evidência que também é identificada nas reportagens escritas, nas quais se destaca o município como “um pedacinho da Alemanha no Oeste”:

(007) Na população predomina a origem alemã com 90%, seguindo-se a italiana com 5%, e 5% de outras. O povo é simples, trabalhador, ligado às origens e apreciador de festas (SITE DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, 2016).

Vemos, no fragmento discursivo ora apresentado, que são mencionadas as etnias alemã e italiana, as mesmas que a madeireira responsável pela destinação de terras na década de 1940 levou à região oeste. O implícito que pode ser aqui percebido é que se mantém ainda, como acontecia no século passado, o conceito de colônia altamente arraigado.

As atividades culturais realizadas no município, da mesma forma, expressam a cultura que se deseja manter:

(008) Aconteceu [...] junto ao Centro de Eventos [...] Encontro de Danças Folclóricas de Quatro Pontes, intitulado “Die Kleine Tänzer”. As apresentações foram de dança alemã, italiana e sênior. O nome “Die Kleine Tänzer” é atribuído ao evento pois leva o nome do grupo quatropontense de dança alemã (JORNAL ELETRÔNICO, 2015).

Novamente, podem ser identificados aqui elementos de práticas que visam determinar qual a cultura hegemônica e que deve ser mantida no município. É possível, portanto, perceber nitidamente que o texto se articula com o discurso hegemônico defendido a fim de garantir

a sua legitimidade. Como estabelecido por Hofbauer (2006), tem-se aqui conceitos que se articulam enquanto produtos histórico-culturais, expressando uma intencionalidade explícita. O grupo de dança alemã mantido no município “Die Kleine Tänzer”, visa disseminar nas crianças o gosto pela cultura germânica, através da dança típica. Tem-se, portanto, a intenção explícita de manutenção da cultura predominante.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da realização do presente estudo, foi possível perceber a maneira como os conceitos de raça foram constituídos no decorrer do tempo, não através de uma perspectiva biológica, mas de uma construção social. Assim, desde os processos de imigração e colonização que ocorreram no Brasil, até os dias atuais, o que pude apreender é que o negro foi relegado a uma posição de inferioridade. Este posicionamento ocorreu, ao longo do tempo, tendo em vista os discursos que foram construídos, nos quais a figura do negro aparece em segundo plano, quando é citado.

No município que utilizei para a realização desta pesquisa, através da análise de fragmentos de reportagens, também foi possível perceber que, de maneira silenciosa, mas nem por isso implícita, os negros são excluídos da perspectiva cultural e também da dinâmica da cidade, buscando manter uma identidade coletiva através da qual a tradição germânica seja vista como a única possível. Foi possível perceber que as práticas discursivas, estabelecidas desde o período de colonização, e mantidas até os dias de hoje, contribuem diretamente para essa exclusão.

Assim, quando se fala em cultura no município, apenas a germânica é citada, com raras exceções nas quais aparecem menções à cultura italiana. Em relação ao negro, total silenciamento. É como se estes indivíduos não fizessem parte do dia a dia da cidade. Logo, é possível confirmar a abordagem apresentada de que vivemos em uma sociedade na qual o racismo é combatido discursivamente, no entanto, é amplamente praticado no âmbito da ação. Penso, neste sentido, que não são necessárias palavras grosseiras ou atitudes de violência para caracterizar a discriminação. O silêncio, por vezes, escancara o preconceito com uma perspicácia muito maior.

Não pretendo, com este estudo, dizer que o cultivo de tradições não seja importante ou que deva ser extinto. No entanto, é preciso compreender como a construção de identidades coletivas podem fortalecer determinadas culturas, não permitindo que outras manifestações apareçam. Assim, à medida em que apenas uma cultura é apresentada como representante de uma comunidade, ou quando se busca enquadrar a todos em perspectivas comuns, sem levar em conta as diferenças individuais, é que as ações falham.

Entendo que o presente estudo poderá ser ampliado através de entrevistas com representantes das diversas culturas que compõem o município, ainda que sejam minorias, a fim de que novos olhares possam ser lançados e todos possam ser respeitados e incluídos. No entanto, apresenta uma contribuição ao campo dos estudos organizacionais ao abordar o tema, tendo em vista ser este ainda um tabu na área. Cabe salientar ainda que as práticas sociais que

determinam os lugares sociais de brancos e negros também determinam os seus lugares no ambiente organizacional e, desta forma, torna-se fundamental que tais temas sejam amplamente discutidos no campo da Administração.

## NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: jan. 2018. Aceito para publicação em: maio 2018.
- 2 Vou me deter neste estudo ao processo de imigração alemã que deu origem ao município que é o *locus* desta pesquisa.
- 3 Os pequenos dançarinos (tradução livre).

## REFERÊNCIAS

AULICH, W. **O Paraná e os Alemães**: Estudo caracterológico sobre os imigrantes germânicos. Curitiba: Editado pela Comissão de Festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná, 1953.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor**: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2014.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Unicamp, 2002.

CABANA, R. D. P. L.; ICHIKAWA, E. Y. As Identidades Fragmentadas no Cotidiano da Feira do Produtor de Maringá. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 285-304, 2017.

CABECINHAS, R.; AMÂNCIO, L. **A naturalização da diferença**: Representações sobre raça e grupo étnico. Comunicação apresentada à III Jornada Internacional sobre Representações Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Maison des Sciences de l'Homme, Rio de Janeiro, 2-5 de setembro de 2003.

CARRIERI, A. P. A gestão e as sociedades. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, n.1, p. 19-57, jun. 2014.

CARRIERI, A. P.; SILVA, A. R. L.; JUNQUILHO, G. S. O fazer estratégia na gestão como prática social: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas nas organizações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 32. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CONCEIÇÃO, E. B. A negação da raça nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 33. São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009.

DUBAR, C. **A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: UnB, 2001.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Global, 2006.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

HALL, S. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 68-75, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARDY, C.; PHILLIPS, N. Discourse and power. In: GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTMAN, L. (Ed.). **The SAGE Handbook of organizational discourse.** Londres: Sage, 2004. p. 299-316.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão.** São Paulo: UNESP, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações sobre os municípios brasileiros.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412085&search=parana|quatro-pontes>. Acesso em: 25 jul. 2015.

LANE, S. T. M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

LAUWE, P. H. C. Oppression, subversion and self-expression in daily life. **International Social Science Journal**, Unesco, v. 35, n. 2, p. 353-365, 1983.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e História.* In: **Antropologia Estrutural II Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro**, 1976, capítulo XVIII, p. 328-366.

LINSTEAD, S. An introduction to the textuality of organizations. **Studies in Cultures**,

**Organizations and Societies**, Abingdon, v. 5, n. 1, p. 1-10, mar. 1999.

MAGALHÃES, M. D. B. **Alemanha, mãe-pátria distante**: utopia pangermanista no sul do Brasil. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 1993. 327p.

MUMBY, D. K. Discourse, power and ideology: unpacking the critical approach. In: GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTMAN, L. (Ed.). **The SAGE Handbook of organizational discourse**. Londres: Sage, 2004. p. 237-258.

MUNANGA, K. Educação e diversidade étnico-cultural: A importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In: MÜLLER, T. M. P.; COELHO, W. N. B. **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2013.

OBERACKER Jr., C. H. **A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira**. São Paulo: Presença, 1968.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PAULINO-PEREIRA, F. C. **Psicologia Social e Identidade Humana**: A militância social como luta emancipatória. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

POUTIGNAT, P.; FENART, J. S. **Teorias da Etnicidade**: Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

RAMPAZO, A. V.; ICHIKAWA, E. Y. Identidades naufragadas: o impacto das organizações na (re)construção do universo simbólico dos ribeirinhos de Salto Santiago. **Cad. EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 104-127, mar. 2013.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido de Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSA, A. R. Relações Raciais e Estudos Organizacionais no Brasil. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 240-260, maio/jun. 2014.

SANTOS, G. A. **A invenção do ser negro**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ / Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local**: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais. Tese (Doutorado) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SCHWARCZ, L. M. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no fim do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, G. As Identidades dos Imigrantes e o Melting Pot Nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

SILVA, F. C. O. **A construção social de identidades étnico-raciais**: uma análise discursiva do racismo no Brasil. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p. 40-64, 2012.

STEIN, M. N. **A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

VIEIRA, R. M. Racismo à moda da casa. **GVExecutivo**, v. 14, n. 1, jan./jun. 2015.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANELATTO, J. H. **Região, etnicidade e política**: o Integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 1930. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

**Josiane  
Barbosa  
Gouvêa**

Aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da UEM - Universidade Estadual de Maringá. Mestre em administração pela mesma instituição. Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Campus de Marechal Cândido Rondon). Docente do Instituto Federal do Paraná - Campus Umuarama. Interesses de pesquisa voltados à área dos estudos organizacionais em temas que abordam relações raciais e diversidade, gênero, cotidiano, história, memória, representações sociais e discursos a partir de análises qualitativas.